

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 18 | Nº 52 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.11078772>



DESAFIOS PÓS-MODERNOS DA EDUCAÇÃO: A FRAGILIDADE EPISTEMOLÓGICA DA VERDADE

Rosa de Lourdes Aguiar Verástegui¹

Resumo

Este é um trabalho filosófico que tem como tema a epistemologia na pós-modernidade, ressaltando o significado e impacto social que gera, sobretudo no campo educativo. E por isso, o objetivo é tratar a verdade pós-moderna e os desafios que provoca na educação. Para este estudo utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica descritiva, através da revisão e interpretação de alguns textos de filósofos da epistemologia e da pós-modernidade, que trabalham o conhecimento e a verdade. Iniciamos nossa proposta apresentando a pós-modernidade, a verdade e as novas tecnologias; posteriormente consideramos a relação entre o conhecimento e poder, que na pós-modernidade adota características peculiares e, por último, ressaltamos a relação que existe entre educação e bom senso, para alcançar a autonomia. O estudo concluiu que diante da pós-modernidade e o poder da mídia que cria novos critérios de verdade, a educação vê-se desafiada a ter que trabalhar o senso comum para que seja transformado em um senso crítico que possa ajudar na formação de cidadãos autônomos.

Palavras-chave: Educação Crítica; Notícias Falsas; Senso-Comum.

Abstract

This is a philosophical work whose theme is epistemology in postmodernity, highlighting the meaning and social impact it generates, especially in the educational field. Therefore, the objective is to address postmodern truth and the challenges it causes in education. For this study, descriptive bibliographic research was used as a methodology, through the review and interpretation of some texts by philosophers of epistemology and post-modernity, who work on knowledge and truth. We begin our proposal by presenting postmodernity, truth and new technologies; subsequently we consider the relationship between knowledge and power, which in postmodernity adopts peculiar characteristics and, finally, we highlight the relationship that exists between education and common sense, to achieve autonomy. The study concluded that in the face of postmodernity and the power of the media that creates new criteria of truth, education finds itself challenged by having to work on common sense so that it is transformed into a critical sense that can help in the formation of autonomous citizens.

Keywords: Common Sense; Critical Education; Fake News.

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho filosófico que tem como tema a epistemologia na pós-modernidade e, objetiva tratar a verdade pós-moderna e os desafios que provoca na educação. A pergunta norteadora é: quais são os desafios epistemológicos que enfrenta a educação na pós-modernidade?

O trabalho justifica-se porque é uma temática atual, que comocionou as últimas campanhas eleitorais, o período de pandemia e segue atingindo à opinião pública através das mídias sociais. Na atualidade, o conceito de verdade está sendo relativizado e é necessário estabelecer critérios sobre o uso desta categoria. O relativismo considera que o conhecimento humano é relativo, condicionado pelo seu contexto histórico, cultural, económico e político, mas isto exige uma discussão para não trivializar o conceito de verdade, principalmente por seu envolvimento na educação.

¹ Professora da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: rosaguilar@uel.br



O presente trabalho tratará a situação da verdade na pós-modernidade e os desafios que enfrenta a educação. Dividimos o tema em três seções: Na primeira abordamos a pós-modernidade, a verdade e as novas tecnologias. Caracterizamos como pós-modernidade a uma série de mudanças no processo cultural que surgem a partir da segunda metade do século XX, entre elas o conceito de verdade. Na história de ocidente, identificamos várias definições e critérios de verdade, mas na pós-modernidade surge a “pós-verdade”. As informações midiáticas da pós-modernidade propiciam o surgimento das notícias falsas, que provocam a perda do senso de realidade, a negação da evidência histórica, acreditando em mentiras que ajuda da ter uma fantasia confortável. O critério de verdade da pós-verdade adota diferentes interpretações que existem sobre os fatos.

Na segunda seção observamos a relação entre o poder e o conhecimento, sobretudo num sistema pós-moderno. A verdade predominante manifesta uma ideologia, e o nexos indissociável que existe entre o poder e o saber. O poder organiza as afirmações em relação ao conhecimento, de tal maneira que os problemas políticos são concebidos em termos de verdade e poder. Observamos que o conhecimento pós-moderno pode estar alheio à razão mas não ao poder.

E por último, trataremos os desafios que a educação enfrenta frente à influência mediática. Com o crescimento da influência das mídias eletrônicas e das notícias falsas, que aumentam a desconfiança nas informações, as instituições públicas, agências especializadas e até na Academia. Diante disso, a educação tem a difícil tarefa de orientar na procura do conhecimento e do critério de verdade. Para isto, tem que influenciar o senso comum, para que esteja mais próximo do conhecimento científico e ainda ligado indissolúvelmente ao senso ético. Esta é uma tarefa desafiadora, que significa implementar uma educação crítica.

A metodologia adotada é bibliográfica descritiva, através da revisão de alguns textos de filósofos da epistemologia e da pós-modernidade, que trabalham o conhecimento e a verdade sob a influência da pós-modernidade. Isto nos levou a ressaltar alguns conceitos como pós-verdade, senso comum, critérios de conhecimento, relação entre poder e conhecimento e, criticidade.

Na revisão de conceitos utilizamos uma hermenêutica a partir da qual observamos o sentido das categorizações. Fazemos descrições e interpretações dos conceitos, porque acreditamos que a visão hermenêutica nos permite expressar qualidades ou significados relacionados ao lugar, tempo, posição e outros elementos que podem ser considerados de acordo com os objetos de estudo, neste caso, os conceitos mencionados. Assim sendo, acreditamos que compreender um texto é encadear um novo discurso (segundo o contexto histórico) a partir dos textos selecionados.

A pesquisa de filosofia exige uma abordagem rigorosa de textos clássicos que orientem a discussão, contando também com pesquisadores contemporâneos que nos ajudam na reflexão filosófica.



Consideramos assumir uma reflexão crítica, que prioriza a problematização e argumentação. Isto nos leva a quebrar a superficialidade e o lugar comum que faz parte dos conceitos que são naturalizados atualmente. Como parte da metodologia, estabelecemos relações filosóficas a partir de indagações e arguições, porque acreditamos que o significado de um texto não é redutível às intenções do autor, mas depende do contexto da interpretação. Por conseguinte, procuramos relacionar os textos epistemológicos, com a crise da verdade atual e com os desafios da educação.

Nossa postura filosófica assume a criticidade, porque procuramos uma reflexão filosófica enfatizando a autonomia moral, oposta a pressupostos dogmáticos, positivistas ou cientificistas. Criticamos a tradição intelectual moderna, o senso comum e os conhecimentos pseudocientíficos que carecem de rigor. A indagação que propomos, sem pretender ser um método científico é uma postura filosófica, que observa as condições históricas da sociedade, isto é as implicações políticas envolvidas. Sendo assim, consideramos a filosofia como uma prática elucidativa que orienta o pensamento, que parte de análise dos conceitos e categorias, sem estabelecer limites exatos do nosso conhecimento, mas procurando a luz a partir de questionamentos.

A PÓS-MODERNIDADE, A VERDADE E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Embora a pós-modernidade seja conhecida como sendo indefinível, existem características e conceitos recorrentes que fluem através filosofia, literatura, arte e cultura, que os críticos usam como base para discussões em torno deste tema. E assim, de maneira geral, denominamos pós-modernidade ao processo cultural observado em muitos países durante o século XX. Observamos que um dos maiores problemas é chegar a conceituar o que é a pós-modernidade, mas podemos destacar que está ligada à desconstrução ou desmoronamento das verdades absolutas da arte, da história, da política e da ideologia e, em geral, da cultura e da vida social, num cenário “do desenvolvimento das técnicas e das tecnologias a partir da Segunda Guerra Mundial” (LYOTARD, 2009, p. 69). Ou como diz Vattimo (1992, p. 7): “o termo pós-moderno [...] está ligado ao facto da sociedade em que vivemos ser uma sociedade de comunicação generalizada, a sociedade dos *mass media*”. Os meios de comunicação adquirem um carácter central na pós-modernidade, promovendo o desenvolvimento de um novo esquema de valores e relações.

Também ressaltamos que, enquanto na modernidade tenta-se definir e estabelecer a ordem, verdade e conhecimento, na pós-modernidade revela-se e expõe-se o caos encontrado dentro nosso mundo incoerente. Em vez de ter um significado, pensa-se que a pós-modernidade tem um gama de



significados e, na maioria das vezes, rejeita cruelmente ensinamentos em vez de estabelecer ou defender seus próprios ideais (WHEATLEY, 2021).

As filosofias pós-modernas questionam os grandes temas ou as metanarrativas, ocasionando um duro golpe à metafísica, e assim temas como: Deus, universo, teoria, práxis, sujeito, objeto, corpo, espírito, significado, nada etc., foram rejeitados ou reduzidos a nada. Segundo Sloterdijk (2004) estes temas são autoenganos que a razão não deve tentar abordar, porque são temas do além e a razão deve reconhecer suas limitações e não entrar em jogos inúteis. Entre um dos conceitos mais atingidos está a verdade, que é uma categoria relacionada com a ciência, a política, também a cultura (BAUMAN, 1997).

A verdade acompanha o conhecimento e serve para estabelecer uma ordem no nosso mundo, no sentido wittgensteiniano. O conhecimento, nos ajuda a estabelecer o “verdadeiro”, como qualquer dispositivo de ordenação é contingente e carregado de valores, que influenciam nossa visão da realidade e, assim, os conhecimentos transmitem a sensação de satisfação e segurança daquilo que acreditamos conhecer. Neste contexto, encontramos uma categoria que define a situação da verdade em nossos dias, e surge a “pós-verdade”, que se refere à distorção deliberada da realidade, manipulando crenças e emoções com o objetivo de influenciar a opinião pública e as atitudes sociais. Esta situação da verdade nos leva a considerar que ela perdeu o valor ou o sentido de referir fatos (McINTYRE, 2018).

Observamos que a gênese da pós-verdade está associada a diversas características que partilha com a denominada pós-modernidade, como é o surgimento de novas tecnologias, a utilização massiva de dados, o aumento do uso de redes sociais, assim como uma nova forma de estabelecer as relações sociais e políticas. Para entender as noções de verdade e pós-verdade, tentaremos analisar o fundamento teórico da pós-modernidade e suas implicações epistemológicas com a percepção da realidade.

Quando nos referimos à pós-verdade pressupomos que o conceito de verdade experimenta uma crise. A pós-verdade pode ser considerada um desvio do verdadeiro, mas, a preocupação pela verdade é um antigo problema na filosofia, que se remonta aos gregos. O que também nos lembra o problemas dos sofistas e Sócrates, este último defende uma concepção absoluta, única e imutável da verdade, enquanto a filosofia sofista propõe a relatividade. Na história do Ocidente, a verdade é frequentemente testada e questionada, especialmente a partir da ciência e da filosofia. Atualmente temos muitas concepções, dos quais tomaremos as três abordagens mais divulgadas, a teoria da verdade como correspondência, a de coerência e a pragmática:

A teoria da verdade como correspondência afirma que, uma proposição ou crença p é verdadeira se e somente se p corresponde aos fatos, esta é uma relação entre linguagem e realidade (HAACK, 2002). Ou como diria Wittgenstein em “2.222 Na concordância ou na discordância de



seu sentido com a realidade consiste sua verdade ou sua falsidade” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 61).

A Teoria da verdade como coerência concebe a verdade como sendo uma propriedade eminentemente linguística, de caráter sintático, vários autores defendem a Teoria da Coerência. Esta teoria propõe que: *f* é verdadeiro se, e somente se, *f* faz parte de um conjunto coerente de axiomas ou enunciados de verdade que descrevem completamente o universo estabelecido. Segundo esta teoria, um enunciado é verdadeiro se faz parte de um conjunto de enunciados coerentes entre si (HAACK, 2002).

Para a teoria da verdade pragmática uma proposição ou crença *p* é verdadeira se for útil. A utilidade em questão é referente principalmente às ações que implicam fins éticos que tem a ver com consequências não imediatas senão nas implicações que as ações têm a longo prazo sobre os seres humanos. Formalmente podemos dizer que para a verdade pragmática, *f* é verdadeiro se, e somente se, a crença que *f* é verdadeiro é útil a longo prazo (HAACK, 2002).

Além destas concepções sobre a verdade surge a pós-verdade, um conceito que denota circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que o apelo à emoção e à crença pessoal e, neste sentido, surge a distorção e manipulação deliberada da realidade, para influenciar a opinião pública. (McINTYRE, 2018).

A partir da influência das redes sociais, na esfera pública, têm surgido um fenômeno conhecido como os *fake news*, sites falsos, bots e outros instrumentos de manipulação sistemática e anônima, com uma simplificação argumentativa, muitas vezes com apelo à violência e uso inadequado da linguagem. As informações midiáticas podem ser *fake news*, que provocam a perda do senso de realidade e a população abraça atitudes absurdas, negando o papel da ciência, desacreditando na história, entre outros comportamentos. Estes são alguns dos componentes chaves para situar a pós-verdade, que é um fenômeno ligado à circulação de informações falsas, que tentam atingir um público e apelam aos sentimentos. Assim, durante a pandemia, tivemos a denominada “infodemia”, que é um fenômeno que “refere-se à disseminação veloz e em larga escala de informações variadas e conteúdo inverídico, ocasionando uma profunda desinformação” (GIORDANI *et al.*, 2021, p. 2865). O fenômeno da infodemia torna difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis, porque na internet temos uma quantidade crescente de informações escassamente rigorosas.

As notícias falsas ou *fake news* são uma forma de comunicação que deliberadamente enganam, confundem e desinformam, criam paranoias e temores, assim como ódios e preconceitos através da propagação de falsos argumentos ou notícias através de mídias, já seja impressa ou digital. Estas notícias falsas, muitas vezes sensacionalistas, são criadas com a intenção de se obter ganhos financeiros ou políticos. O mecanismo dos *fake news* baseia-se no efeito de repetição, produzindo que acreditemos em uma mensagem que nos foi repetida muitas vezes, como as mensagens do ministro da propaganda de Hitler, dado que a repetição aumenta a chance do conteúdo fazer parte da memória. Este tipo de mensagem tem como alvo um público desinformado, de fácil influência e controle (McINTYRE, 2018).

Esta realidade das mídias dificulta cada vez mais a tarefa dos jovens pesquisadores, que tenderão a abrir passo através dessa enorme massa de informações banais para acessar aquilo que realmente



precisam (GAGNON-DUFRESNE *et al.*, 2023). Mas, o incansável trabalho dos cientistas continua, porque seu objetivo é descobrir problemas novos e tentar respostas também novas, ainda que provisórias (POPPER, 1972).

O surgimento da pós-verdade implica um problema para a educação, dado que a escola e a academia não têm tanta influência sobre as informações que circulam na mídia. Diante deste fenômeno observamos que o critério de verdade da pós-verdade não estaria mais do lado dos fatos, senão das diferentes interpretações que existem sobre os fatos. As histórias constituem um fenômeno frente ao qual a opinião pública reage por apelos emocionais facilmente manipuláveis. Neste âmbito surgem as denominadas “teorias da conspiração”, os negacionistas, as organizações de terra plana, o movimento antivacina etc.

A denominada "teoria da conspiração" menciona sem fundamento a existência de grupos que conspiram contra determinados eventos e interesses. Eles refutam a ciência com critérios aleatórios, religiosos, de suspeitas conspirativas, ou de outros critérios de autoridade, que fragilizam o papel da academia e da educação (McINTYRE, 2018; COSTA, 2020).

Já o negacionismo é uma atitude exibida por indivíduos que optam por negar a realidade para fugir de uma verdade incômoda. É um ato irracional que impede a validação de uma experiência ou evidência histórica, rejeitando a realidade em favor de uma mentira mais confortável. Os negacionistas, por exemplo, não negam simplesmente as mudanças climáticas senão que querem aceitar argumentos sem evidências, em realidade, eles negam a realidade como uma forma de evadir de uma verdade incômoda (MARQUES; RAIMUNDO, 2021). Os primeiros negacionistas respondiam a interesses das indústrias de combustíveis fósseis e suas ações de negar riscos e prejuízos que as pesquisas assinalam tinham o objetivo assegurar sua posição no mercado e garantir seus lucros. Aqueles que propõem os movimentos negacionistas são grupos de poder, que tentam influenciar, criando falsas campanhas e boatos através de uma sofisticada rede de comunicações (GAGNON-DUFRESNE *et al.*, 2023).

Esta atitude negacionista pode ser provocada por diversos motivos, desde perturbações mentais, crenças religiosas, manipulação ideológica, até, simplesmente, desconhecimento científico. Para evitar o negacionismo é necessário que os conhecimentos científicos façam parte do cotidiano da população, e para que isso aconteça, deve existir uma educação crítica, que integre a população a uma comunidade esclarecida. A ciência deve impregnar o conhecimento popular e incorporar-se ao cotidiano. Esta proximidade científica só tende a melhorar a qualidade de vida, o que requer não unicamente proximidade através de projetos de extensão, senão também investimentos públicos, escolas, programas informativos, entre outras ações.



O principal critério que utilizam os negacionistas é aquele que favorece confortavelmente suas crenças pré-existentes, adotando uma postura “convencionalista”, isto é, afastando ou eliminando as incoerências que possam ter surgido e refutado suas propostas (COSTA, 2020). Para os convencionalistas, a verdade de suas proposições válidas se deve ao acordo comum ou ao entendimento (tácito ou expresso) daqueles que utilizam essas proposições, mesmo que não sejam pesquisadores especialistas e conceituados na área que eles propõem suas teorias (POPPER, 1972).

Para evitar o convencionalismo, os cientistas partem de uma rigorosa teoria empírica, observacional e falseável, critérios estes que são constantemente aplicados, de forma complexa, porque os especialistas precisam ordenar e explicar os fatos como “relações”, “funções”. Mas, mesmo assim, todo enunciado científico permanece provisório, disposto a ser corroborado constantemente porque a ciência não para, ela continua aprimorando suas pesquisas. Apenas em nossa experiência subjetiva de condição existe a “certeza” porque ninguém está na posse do conhecimento final ou da verdade irrefutável. O cientista é aquele que procura de forma crítica e rigorosa aproximar-se constantemente da verdade (POPPER, 1972).

A única ciência que prova e comprova é a matemática, que é uma ciência teórica, as demais ciências só verificam, corroboram ou afirmam probabilidades e tendências. Esta situação faz que as ciências tenham proposições contingentes, o qual não significa falta de rigor no raciocínio científico. Mas, para aqueles que gostam de pensar que podem obter conhecimentos absolutos, universais, provados e comprovados, uma verdade provisório ou só provável não é suficiente, então partem para procurar e estabelecer dogmas ou propostas contrárias à ciências e, estas surgem com a promessa de serem completamente verdadeiras. Aqueles que sabem pouco ou nada sobre como a ciência funciona consideram de forma preconceituosa a falseabilidade como uma fraqueza, em lugar de uma características da ciência (POPPER, 1972).

O que ressaltamos é que, quando um cientista propõe uma teoria, espera-se que ele siga as etapas de testes, revisão por pares, tentativas de replicação e a mais rigorosa verificação empírica dos dados. Estes procedimentos são cuidadosos e transparentes, envolvendo uma comunidade acadêmica de especialistas. Mas, até os mais experientes cometem erros, mesmo depois de tomar cuidados (McINTYRE, 2018, COSTA, 2020).

Os cientistas precisam garantir que, na medida do possível, apenas o trabalho de qualidade passe pelo filtro científico. Assim, os erros são levados especialmente a sério e impedem a divulgação de trabalhos. Dado esse alto nível de escrutínio que a ciência impõe a si mesma, por que os não cientistas sentem a necessidade de questionar seus resultados? Eles realmente acham que os cientistas são negligentes? Na maioria dos casos, não. No entanto, esse é exatamente o tipo de denúncia



continuamente propagada por aqueles cujas crenças ideológicas conflitam com as conclusões da ciência. Em alguns casos, os não especialistas acham que é vantajoso questionar tanto a motivação quanto a competência dos cientistas.

Por outro lado, os cientistas estabelecem seus próprios parâmetros para a concepção, experimentação, como parte do seu rigor metodológico. Eles não apelam ao senso comum ou argumentos de outra ordem que não sejam os estabelecidos pela comunidade acadêmica que é muito severa.

PÓS-MODERNIDADE, CONHECIMENTO E PODER

Na pós-modernidade questiona-se a veracidade das grandes narrativas, enquanto se observa o indivíduo, sua subjetividade e sua apreciação própria da realidade, sua visão dos fatos, como a base e fundamento teórico próprio da epistemologia pós-moderna. O fim ético desta proposta é o respeito a todos, permitindo a diversidade cultural, assim como a liberdade de crença, inclusive aquelas que questionam a ciência, mas sem trivializar. Este é o apelo democrático da diferença e o respeito à diversidade.

Os pós-modernos estabelecem uma sorte de visões da realidade que não são unicamente verbalizadas, comunicáveis, científicas e verificáveis dando lugar para estabelecer o relativismo no estabelecimento da verdade. A própria noção de verdade está agora sob escrutínio, isso significa que pode ter muitas respostas. O conhecimento implica poder, também é verdade que nem todo conhecimento será bem-vindo. Então, todo conhecimento deve escolher seu lugar na rede de dominação, os meios de validar o conhecimento parecem ainda mais importantes do que o próprio conhecimento. O conhecimento na pós-modernidade depende da experiência concreta em detrimento de princípios abstratos, sabendo sempre que o resultado da própria experiência será necessariamente falível e relativo, em vez de certo e universal. Foi esse ponto de vista que rendeu aos pós-modernistas o rótulo de relativistas (WESCOTT, 2022).

A verdade não existe fora do poder ou sem poder, porque ela é contingente e está ligada à história e ideologia (SLOTERDIJK, 2004) ou como afirma Bauman (1997, p. 143): “a noção de verdade pertence à retórica do poder” Cada sociedade escolhe como quer interpretar a realidade, escolhe até que naturalizar ou até ignorar. Se bem nos não criamos a realidade espaço temporal, nos tentamos descrevê-la e a isso denominamos conhecimento e verdade. Nossas narrativas descritivas, seguem diversos roteiros, normas, os critérios de verdade e de legitimidade que variam muito. Até na ciência observamos isso, obviamente também nas narrativas históricas e de outras áreas do conhecimento.



A ciência moderna e a teoria do poder caminham juntas. Quem profere esta máxima fala, por um lado, a verdade mas, ao pronunciá-lo, ele quer alcançar algo mais do que a verdade: entrar no jogo do poder. Existe um nexo indissociável entre o saber e o poder, não são duas categorias estranhas uma da outra, porque nada pode figurar como elemento de saber se não está conforme regras de coerção, mesmo sendo um domínio sobre a natureza como propunha Francis Bacon. Saber e poder fazem um jogo de interações e estratégias que lhes permite evadir a resistência e redefinir sua aparência, sua legalidades e legitimidades, em outras palavras sobreviver. Enquanto exista uma inconsciente relação entre conhecimento e a dominação, não alcançaremos a autonomia, não sairemos da minoridade (FOUCAULT, 2004; SLOTERDIJK, 2004).

A verdade não existe fora do poder ou sem poder, de maneira que, cada sociedade administra sua verdade com determinados tipos de discurso que funcionam como verdadeiros e naturais, com seus próprios métodos de observação, de registro e de pesquisa em geral. O poder organiza o saber de forma complexa. As afirmações em relação ao conhecimento são uma expressão de poder e é preciso pensar os problemas políticos em termos de verdade e poder (FOUCAULT, 2004).

A verdade envolve um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. E assim manifesta Bauman: “a palavra ‘verdade’ simboliza nos nossos usos uma determinada atitude que adotamos, mas acima de tudo desejamos ou esperamos que outros adotem, para com o que é dito ou acreditado -- em vez de uma relação entre o que é dito e determinada realidade não-verbal” (BAUMAN, 1997, p. 142). A verdade está ligada aos sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e a reproduzem. Como manifesta Lyotard: “O saber não está desvinculado da questão maior do poder econômico e político, em suma, ele é a moeda que define na cena internacional os jogos de hegemonia (entre as nações, entre as empresas multinacionais)” (LYOTARD, 2009, p. 129).

O conhecimento pós-moderno pode estar alheio à razão, mas não ao poder. O conhecimento não se esgota com a racionalidade moderna, porém para propor critérios de verdade e narrativas devemos ter um senso crítico. Não podemos supor que a pós-verdade é algo novo e que ocorreu após a intervenção do pós-modernismo, ela há existido desde antes, mas este fenômeno foi agudizado pelo rápido aumento das novas tecnologias. Por isso, não podemos culpar à pós-modernidade pela pós-verdade essa seria uma forma ligeira de abordar o fenômeno da verdade.

Ao abordar o conceito de verdade, estamos na presença de uma ideia mais profunda que tem que ver com relação entre cultura poder, sociedade e suas distintas relações de significação. Outro elemento a ter em conta é que não fica claro o tipo de verdade da qual se está falando, quando se apela à pós-verdade, fato que está dado pela história conflituosa do termo. A pós-verdade equivale a uma forma de



supremacia ideológica, que tenta obrigar a acreditar em algo que coloca em jogo interesses econômicos e políticos. Na sociedade a verdade está relacionada a poderes políticos e econômicos que se manifestam em um âmbito democrático, que obriga o respeito pela liberdade de expressão.

Respeitar a liberdade é fundamental para manter a democracia. Assim, Kant (2003) considera a liberdade uma lei absolutamente prática, que envolve a capacidade de autorregular-se, de ter autonomia, tanto assim que, se a liberdade não existisse não teríamos lei moral. A liberdade dos indivíduos é a garantia moderna da democracia. Já para Sartre (2007), o homem é livre por natureza, sendo a liberdade fundamental para falar da condição humana.

Seguindo a Bobbio (1986) para definir a democracia, não basta a participação direta ou indiretamente das decisões coletivas, é indispensável que os cidadãos tenham condições reais de decisão e, para isto, que eles tenham a garantia de seus direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc. A liberdade é inerente à dignidade humana e um pressuposto necessário para o correto funcionamento do regime democrático.

Atualmente no Brasil, procurando o fortalecimento da democracia, através da transparência e o controle na difusão virtual de notícias falsas ou discursos de ódio, surgiu o Projeto Lei No. 2630 de 2020, que propõe a criação da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet (BRASIL, 2020). Mas, este projeto tem parlamentares que defendem e outros que criticam, o qual é coerente com o sistema democrático, porque é um sistema capaz de corrigir suas próprias disfunções e, para isto, os cidadãos temos que debater sobre as noções de liberdade, respeito e responsabilidade.

O progresso democrático precisa da diversidade ideológica, porque ninguém está obrigado a concordar com a opinião dos outros. Porém, a forma democrática de atuar exige uma respeitosa exposição das ideias, para que dentro do debate possa surgir a diversidade de posturas e, no melhor dos casos, o esclarecimento. Para o desenvolvimento democrático, além de conhecer as características e situação das redes e mídias sociais, com conteúdos advindos de diferentes setores da sociedade, deve primar o senso crítico que nos ajude a conservar a liberdade de expressão sem cair em excessos e poder fortalecer a democracia (BURBULES, 2023).

A esfera pública sofreu mudanças, dado que os interesses do público são definidos a partir dos interesses privados de quem domina as ferramentas mediáticas. O público não são mais os interesses do Estado e, o espaço onde ocorrem as relações políticas da sociedade, que antigamente eram discutidas pelos cidadãos em praça pública agora acontecem através de mídias. Atualmente, as mídias sociais não apenas afetaram a noção de verdade, senão também a construção do debate público, ou como diz Sloterdijk (2004), a política não é a arte do possível senão a arte da sedução. Com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, sobretudo das mídias, os debates políticos são manipulados por aqueles



que dominam as mídias digitais. Depois da expansão do coronavírus, como o isolamento, os trabalhadores e estudantes utilizaram o mesmo ambiente para trabalhar, estudar e viver. Isto ocasionou uma crescente virtualização das relações políticas e sociais, que são as condições ideais para o incremento do fenômeno da pós-verdade (BONI *et al.*, 2024).

No livro “Educação e Emancipação” (1995 p. 121), Adorno, refletindo sobre a barbárie nazista, assinala que a claustrofobia sofrida pelas pessoas que desempenhavam trabalho administrado pode ter efeitos terríveis em suas condutas, ao sentirem-se enclausuradas numa “rede densamente interconectada” que impossibilita a saída e gera uma “raiva contra a civilização”. Isto leva estes sujeitos a rebelar-se de forma violenta e os afetados seriam a população mais vulnerável (BURBULES, 2023). Estas condições desagregam e provocam sentimentos agressivos numa vida aparentemente civilizada e ordenada. Em panorama semelhante, atualmente, o uso excessivo de trabalhos em casa (via internet), pode levar a transtornos aos usuários, como é o caso dos usuários de redes sociais que espalham *fake news*, deixando-se influenciar por aqueles que exaltam a violência e virando o “rebanho desorientado” (CHOMSKY, 2013, p. 9).

O mundo virtual está ganhando espaço em nossas vidas, porque a acessibilidade dos custos das ferramentas digitais permite que cada vez mais pessoas circulem e se comuniquem através das mídias digitais. Com a facilidade que se oferece para criar, mudar e divulgar notícias, surge um aumento de notícias falsas em torno à ciência e a realidade em geral. Observamos que cresce também a desconfiança nas informações, as instituições públicas, agências especializadas e até na Academia Científica. Existe uma desconfiança nos sistemas oficiais de produção dos conhecimentos, “A descrença nessas instituições tem, então, como contrapartida, a valorização de conhecimentos provenientes de fontes alternativas” (GIORDANI *et al.*, 2021, p. 2868).

Observamos que, a geração mais experiente capaz de articular um discurso crítico coerente sobre a sociedade, a ciência e a política, muitas vezes não são aqueles que têm mais destreza no funcionamento das novas tecnologias. Se, isto é, uma tendência atual, estamos cientes que, em uma década esta situação terá mudado. Por isso, não queremos circunscrever o processo de pós-verdade às redes, à internet e às novas tecnologias porque seria reduzir todo o argumento da pós-verdade a uma espécie de determinismo tecnológico.

EDUCAÇÃO, BOM SENSO E AUTONOMIA

Um dos maiores desafios da educação não é estabelecer novos conceitos e informações, senão procurar que a liberdade de escolha e de opinião esteja acompanhadas pelo bom senso, o senso crítico.



Dado que a liberdade de informação é o fundamento da democracia, não podemos pensar em formação humana sem liberdade e sobretudo sem autonomia.

O uso das tecnologias não implica necessariamente um processo de perda de identidade e o desinteresse pela verdade, senão que estamos vivenciando um fenômeno de aumento de relações sociais e políticas virtuais, que não permite ter um critério de verdade dos fatos ou da verificação através de fontes confiáveis, e propicia que divulguemos notícias de forma irresponsável sem critério nenhum. A educação que nos orienta sofre atualmente para poder estabelecer um bom senso entre os estudantes e cidadãos em geral (SAURA; CANCELA; ADELL, 2022).

Diante da crise da verdade existe a necessidade de ter um espaço de transparência discursiva com rigor acadêmico que permita a divulgação e o acercamento destes debates e visões acadêmicas à sociedade em geral, este espaço seria a escola. Para poder iniciar a tarefa de aproximar o senso comum ao senso crítico e científico, e desta maneira abandonar um senso comum e ganhar um bom senso, precisamos muito esforço educativo. O desafio da educação será desenvolver o senso crítico e acompanhar o desenvolvimento científico, ainda que sem tanto rigor nem pretensões acadêmicas, para que este chegue cada vez mais a uma maior população (SANTOS, 2000).

O senso crítico nos permitirá sair do dogmatismo e desnaturalizar argumentos ou narrativas tão frequentemente escutadas, que foram tomadas não só como verdadeiras senão como naturais. A naturalização de certas formas de discurso que parecem evidentes, ajuda à demagogia e recupera velhos dogmas metafísicos, em torno do tema da representação, como duplicata do mundo.

Existe uma dificuldade para abandonar os conhecimentos do senso comum. Quando se inicia uma abordagem científica que questiona o senso comum, que é parte de uma visão generaliza, apresenta resistência e polémica porque essa visão de mundo proposta pelo senso comum está naturalizada. Mas, esta dificuldade acontece também com todas as teorias científicas, com as propostas que contrariam os conhecimentos aceitos pela academia. Quando as decisões optadas seguem os valores e os costumes de forma crítica, o senso comum é superado e a visão de mundo aproxima-se da filosofia, e é denominada “bom senso” (GRAMSCI, 1991, p.14). Todos os homens em são juízo são dotados de senso comum, para fazer decisões diárias. O senso comum tem um fim pragmático que ajuda nas decisões quotidianas, de tal modo:

O senso comum das pessoas torna-se “naturalmente” senso comum, à medida que eles/elas vivem suas vidas diárias, vidas que são pré-estruturadas pelas posições de classe. Se conhecemos a localização de alguém na estrutura de classe, conhecemos o seu conjunto de crenças políticas, econômicas e culturais e não necessitamos inquirir a respeito de como as crenças dominantes tornaram-se realmente dominantes (APPLE, 1997, p. 33)



O senso comum faz parte da ideologia e torna-se a consciência popular que orienta e decide o correto ou incorreto, o verdadeiro ou falso. E essa consciência popular está determinada pela sua situação de classe. Em vista do papel relevante que a consciência popular tem na história, devemos deixar de considerar o senso comum como um falso conhecimento que podemos desprezar ou ignorar, porque ele não é científico nem rigoroso. Porque “seu caráter ilusório, superficial ou preconceituoso pode ser mais ou menos acentuado, tudo depende do conjunto das relações sociais cujo sentido ele procura restituir” (SANTOS, 2000, p. 41).

O senso comum de uma sociedade democrática, que tenta minimizar as desigualdades sociais, produzirá um senso comum diferente ao de uma sociedade autoritária e violenta. A estrutura social provém do processo de vida real dos indivíduos que compõem essa sociedade, da forma como produzem seu sustento e de suas condições materiais. Estas condições materiais darão origem às ideias, a consciência, a forma de pensar, emana direta de seu comportamento material (MARX, 2007) . O senso comum que primou na modernidade era altamente violento, opressor e discriminatório em relação à diversidade de costumes e etnias humanas, próprias de uma sociedade dominadora e injusta. A Modernidade tinha um senso comum próprio de uma sociedade colonizadora, que exercia exploração e controle sobre os territórios ocupados, contra a vontade dos seus habitantes que, muitas vezes, eram desapossados de parte dos seus bens e de eventuais direitos políticos. A ideologia emanada desta condição tentava legitimar as práticas colonizadoras através do senso comum, a moral, religião, a metafísica e qualquer outra manifestação ideológica (SANTOS, 2000).

O senso comum pode influenciar os conhecimentos como também a moral. Ambas concepções, tanto a epistemológica como a ética, acostumam ir relacionadas mantendo o senso comum como parte dos valores e tradições populares. Deste modo, podemos observar a influência que o senso comum da modernidade causou em pensadores rigorosos, que tratavam com aparente naturalidade a escravatura, a colonização e o extermínio dos povos. Sobre Giambattista Vico e a importância do senso comum, Gadamer (1997) manifesta:

O que dá à vontade humana sua diretriz, acredita Vico, não é a universalidade abstrata da razão, mas a universalidade concreta, que representa a comunidade de um grupo, de um povo, de uma nação, do conjunto da espécie humana. O desenvolvimento desse senso comum é, por isso, de decisiva importância para a vida (GADAMER, 1997, p. 63).

A comunidade tem uma tradição moral e a força que exerce é evidente na vida da população, na tomada de decisões. Para Vico, o *sensus communis* tem como base o sentido de justiça e o bem comum, que cada comunidade tem e é originário das tradições, da vida em comum e reflete os valores dessa comunidade. Isto exige uma preocupação ao atuar, que considere os próprios interesses e os da



comunidade. O *sensus communis* não é uma capacidade formal, é o critério que orienta o dia a dia dos afazeres dos povos. Assim, quando tratamos os filósofos da modernidade, observamos que estes têm um senso comum que vê os valores e interesses de uma comunidade restrita: homens, brancos, heterossexuais, cristãos e preferentemente europeus (GADAMER, 1997).

Observando a importância que o senso comum exerce no comportamento da sociedade é necessário saber que ele é geralmente conservador e propenso a legitimar injustiças. Mas, temos que observar algumas orientações para não cair nas armadilhas que o senso comum produz. O senso comum está presente geralmente nos juízos éticos e sobre isso queremos tratar. Cabe perguntar, qual será a grande influência que orienta o senso comum que forma a tradição dos povos no Ocidente? A resposta pode ser que a tradição judaica cristã, orienta o senso ético ocidental. Respeitamos os dogmas e não questionamos as tradições, e geralmente admitimos inquestionavelmente as disposições morais, quando são estabelecidas pela Igreja.

Entretanto, contamos com um recurso para orientar nosso senso comum em uma direção mais justa, para poder ir modificando nossas tradições prepotentes, preconceituosas e intolerantes. Isto requer um exercício crítico e a instituição que pode influenciar criando um espaço para a reflexão crítica é a escola. Através de uma educação crítica, pode-se rever questões morais, observar, revisar e refletir sobre as tradições, porque não estamos acostumados a retificar e mudar nossos pontos de vista, geralmente seguimos a tradição e as orientações religiosas de forma inerte. E assim manifesta Gadamer (1997):

[...] no que diz respeito à educação, trata-se de algo diverso: a formação do *sensus communis*, que não se alimenta do verdadeiro, mas do provável. Bem, o que há de importante nisso para nós é o seguinte: *sensus communis* significa aqui, certamente, não somente aquela capacidade universal que existe em todos os homens, mas, ao mesmo tempo, o senso que institui comunidade (GADAMER, 1997, p. 63).

Somos herdeiros por nossa comunidade do senso comum voltado para o verdadeiro e para o correto, que não é um saber que se baseia em fundamentações, diante disso, a educação deve procurar o caminho da pesquisa crítica, ainda que a juventude procure a imaginação e a fantasia, não pode afastar-se da criticidade rigorosa. A educação deve orientarmos na procura de pensamento críticos, que exigem não ser dogmático, e admitir a dúvida, na vida cotidiana. Portanto, o pensamento crítico não aspira a alcançar uma verdade absoluta, mas sim a aprofundar-se em práticas e estratégias que nos permitam submeter as nossas convicções, e as de outras pessoas, a discussões.

A educação nos deve levar a passar pelo crivo da crítica a nossos usos e costumes, afastando a atitude dogmática para poder perceber o que Foucault designa como ideologia moral que: “[...] é a nossa moral senão aquilo que nunca deixou de ser reafirmado e reconfirmado pelas sentenças dos



tribunais, esta ideologia moral, como as formas de justiça sustentadas pelo aparelho burguês, deve passar pelo crivo da mais severa crítica” (FOUCAULT, 2008, p. 68). Optar por uma postura crítica, nos permite revisar nossos valores e desnaturalizando os preconceitos e tabus, na tentativa de ser mais respeitosos com os diferentes.

A educação crítica, portanto, exige tanto ceticismo em relação a outras visões quanto abertura para elas. Assim, a criticidade não é apenas uma condição para a democracia; as condições sociais da democracia são necessárias para a educação crítica. O pensamento crítico não é apenas o exercício contra outros pontos de vista, ele implica submeter as próprias crenças e suposições a questionamentos (WHEATLEY, 2021). A criticidade não opera a favor ou contra qualquer posição política ou ponto de vista específico, mas mantém um rigor e posição crítica inclusive em si mesmas, ficando aberta a questionamentos, modificações ou rejeições.

Tentar melhorar o sistema educativo é um desafio contínuo, que não significa unicamente acumular informações, senão observar o uso que damos a estas informações. O que nos exige possuir um senso crítico apurado, para orientar nossas ações. E o mais preocupante é que vivemos uma crise da educação e não é precisamente pela falta de tecnologias nas escolas (ZAMIR, 2021).

A educação escolar deve ser crítica, permitindo a aproximação dos conhecimentos, a análise, o questionamento, a reflexão e, sobretudo, a prática. Isto significa que a educação desenvolve a autonomia, preservando a liberdade e permitindo o esclarecimento para ter critérios com os quais aferir a realidade. Neste sentido, Adorno apela à educação escolar:

Por isto, apesar de todos os argumentos em contrário no plano das teorias sociais, é tão importante do ponto de vista da sociedade que a escola cumpra sua função, ajudando, que se conscientize do pesado legado de representações que carrega consigo (ADORNO, 1995, p. 117).

Para poder ter um critério racional e combater os preconceitos, a escola nos aproxima da ciência e do convívio respeitoso, sabendo que, mesmo não tendo consenso, sempre devemos promover o diálogo.

O sistema educativo além da preocupação por transmitir conhecimento, deve ter a cuidado na formação cidadãos autônomos e criteriosos, que necessariamente tenham educadores com estas características, para poder lidar com a influência das mídias sociais e excesso de informações. Diante da enorme oferta de dados (como textos, vídeos, sons e imagens) é importante que os educandos tenham critérios para poder discernir e encontrar a verdade, não seguindo leis e atitudes dogmáticas, senão com autonomia. Para isto é preciso apreender a lidar com as novas tecnologias de forma criteriosa, interpretando, filtrando e escolhendo as informações que passem pelo crivo de cada educando. Isto



demanda um exercício exaustivo, diário e de formação continuada, o que implica um educar para a vida em um mundo cada vez mais conectado (BURBULES, 2023).

No campo educativo, podemos também observar a integração da tecnologia digital em todas as áreas, níveis e práticas pedagógicas e organizacionais das instituições de ensino, alterando fundamentalmente a sua forma de operar e prestar o serviço público de educação. A digitalização da administração pública e a implantação da inteligência artificial na gestão dos serviços públicos transformaram fundamentalmente os serviços do Estado (SAURA; CANCELA; ADELL, 2022).

No cenário político contemporâneo, tanto os professores como os discentes observam o surgimento de novos paradigmas, alguns coercivos, construídos a partir de um poderoso conjunto de discursos hegemônicos, tais como “o que funciona” e “baseado em evidências” ou “experiências” e outros, democráticos, que exigem um pensamento crítico para desenvolver a autonomia (CASTRO *et al*, 2022). Estes discursos precisam ser considerados dentro do atual contexto da pós-verdade, que nos coloca numa situação difícil, porque as evidências que sustentam a verdade apelam a diferentes critérios, desde o autoritarismo até o desenvolvimento de um pensamento democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da verdade, apesar de ser um tema que tratamos desde a antiguidade, ainda é atual e está agudizado com problemas concretos das sociedades contemporâneas. De imediato, esse conceito revela uma situação em que os novos controles de informação e produção de dados farão com que as noções de verdade estejam relacionadas à opinião de cada um, suas emoções ou sua ideologia.

Na pós-modernidade surge uma reação à verdade assumida pela ciência, por um lado, devido à ignorância científica e influência de grupos de poder que manipulam ideologicamente, e por outro lado, devido ao reconhecimento de que a imagem que temos da realidade é uma construção mental, uma tentativa de compreender a realidade particular e pessoal. De forma geral, na pós-modernidade observamos um ambiente altamente cético.

Mostramos que a ideia da verdade relativa por si só não basta, deve-se acrescentar que no discurso da pós-verdade esta ideia precisa de desenvolvimento crítico e diálogo coletivo. A maior falha na leitura atual da pós-verdade reside no fato de ser considerada uma operação muito simples e que apenas se refere a uma época que admite argumentos fracamente justificados.

Para conhecer e compreender a verdade, é preciso não só investigar a partir da objetividade, contudo também dar entrada na experiência subjetiva, sem cair no dogmatismo nem na trivialização da verdade. Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder, o qual seria quimérico na medida



em que a própria verdade é poder, mas de ser ciente da existência de um poder hegemônico que condiciona (social, econômica, cultural) a verdade, constituindo o pano de fundo epistemológico de cada época.

Os populismos utilizam a pós-verdade com a despreocupação e não sentem nenhuma preocupação pelo erro, o que constitui uma atitude irresponsável que atenta contra o fortalecimento da democracia. As mídias sociais sabem do poder que exercem sobre a opinião pública, sobretudo tendo em conta a “necessidade” de um setor da população de procurar verdades universais, absolutas que tragam a promessa de proteção e segurança.

Frente a isso, a ciência pode incomodar através de suas propostas provisórias, abertas para análise e testes, sobre a realidade contingente. Como o ser humano gosta de procurar proteção e segurança pode recorrer a promessas religiosas ou políticas e ser iludido, assim entendemos as atitudes dogmáticas e fanáticas, de um setor da população, que lhes impedem ser rigorosos e críticos.

O senso crítico permite desafiar a pós-verdade, no contexto epistêmico da pós-modernidade. Para desenvolver o senso crítico, o equilíbrio que temos que cuidar pode ser rapidamente quebrado por interesses políticos e econômicos que contaminam a esfera pública. Nesse sentido, estabelecer uma discussão respeitosa, escutando as posturas diferentes ou contrárias às nossas é fundamental.

Diante desta situação, a educação tem um papel muito importante, para orientar um senso comum, fomentando um bom senso que se afaste do dogmatismo, que de lugar à dúvida e que procure o rigor, respeitando a liberdade de expressão. Esta é a complexa e difícil tarefa educativa de formar um senso crítico, que nos permita sair da minoridade e desenvolver a autonomia.

O ideal da educação pós-moderna é afastar-se paulatinamente da proposta moderna de fornecer conhecimentos pragmáticos e funcionais, para almejar uma educação que conjugue critérios epistemológicos e éticos, que o próprio indivíduo seja capaz de elaborar de forma autônoma.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

APPLE, M. **Conhecimento oficial**: A educação democrática numa era conservadora. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BAUMAN, Z. **O Mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 2.630/20**. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: <www.senado.leg.br>. Acesso em: 09/01/2024.



BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

BURBULES, N. C. “Critical Thinking and the Conditions of Democracy”. **Education Policy Analysis Archives**, vol. 31, 2023.

CASTRO, A. J. *et al.* “‘All Schools Are Not Created Equal’: An Analysis of Public Comments on School Rezoning”. **Education Policy Analysis Archives**, vol. 13, 2022.

CHOMSKY, N. **Política, propaganda e manipulação**. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2013.

COSTA, O. B. R. “Onde estamos? Considerações sobre a modernidade, negacionismo, ciência e a COVID-19”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 8, 2020.

BONI, A. F. *et al.* “Fake News, saúde e campanhas de vacinação contra o sarampo: revisão conceitual”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 17, n. 49, 2024.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2004.

GADAMER, H. G. **Verdade e método**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

GAGNON-DUFRESNE, M. C. *et al.* “Social Media and the Influence of Fake News on Global Health Interventions: Implications for a Study on Dengue”. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, vol. 20, n. 7, 2023.

GIORDANI, R. C. F. *et al.* “A ciência entre a infodemia e outras narrativas da pós-verdade: desafios em tempos de pandemia”. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 26, n. 7, 2021.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

HAACK, S. **Filosofia das lógicas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

KANT, I. **Crítica da Razão Prática**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

LYOTARD, J. F. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2009.

MARQUES, R.; RAIMUNDO, J. A. “O negacionismo científico refletido na pandemia da COVID-19”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 7, n. 20, 2021.

MARX, K. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

McINTYRE, L. **Posverdad**. Madrid: Editorial Cátedra, 2018.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2000.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada**: Ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.



SAURA, G.; CANCELA, E.; ADELL, J. “New Keynesianism or smart austerity? Digital technologies and educational privatization post COVID-19”. **Education Policy Analysis Archives**, vol. 30, 2022.

SLOTERDIJK, P. **Crítica de la razón cínica**. Madrid: Editora Siruela, 2004.

WHEATLEY, L. B. **The Impact of Postmodernism on 21st Century Higher Education** (Master Theses). Roanoke: Hollins University, 2021.

VATTIMO, G. **A sociedade transparente**. Lisboa: Editora Relógio D’Água, 1992.

WESCOTT, S. “The Post-Truth Tyrannies of an Evidence-Based Hegemony”. **Education Policy Analysis Archives**, vol. 95, 2022.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

ZAMIR, S. “Teachers’ Authority in the Postmodern Era”. **European Journal of Contemporary Education**, vol. 10, n. 3, 2021.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 18 | Nº 52 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima